

Carta de Brasília pela Retomada da Política Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável

Os participantes do Seminário Nacional de Desenvolvimento Territorial, realizado em Brasília entre 24 e 26 de abril de 2024, organizado pela Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (SFDT/MDA), com apoio das Superintendências Estaduais do MDA, da Rede Nacional de Colegiados Territoriais e de diversas organizações territoriais, vêm a público manifestar seu posicionamento político pela retomada imediata da política territorial pelo Governo Federal.

Em 2003, o MDA lançou uma política pública de desenvolvimento territorial inédita no País. O Programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), também conhecido como **Territórios Rurais de Identidade**, representou um esforço institucional inovador no fomento de parcerias intermunicipais imbuídas na concepção de projetos compartilhados de desenvolvimento territorial sustentável e na mobilização de organizações sociais para atuar no monitoramento e implementação de políticas públicas. Entre 2003 e 2016, teve-se a constituição de 243 Territórios Rurais homologados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), que abrangeram 3.500 municípios (63%).

Inspirado nessa iniciativa, em 2008, o Governo Federal instituiu o Programa Territórios da Cidadania (PTC), desta vez com o objetivo de integrar e adensar nos territórios ações de diversos Ministérios. Em 2010, o PTC envolvia 22 Ministérios e órgãos públicos nas suas ações junto a 120 Territórios. A coordenação do PTC era do MDA, mas a Casa Civil cumpriu o papel de articulação interinstitucional dos entes federados. A ênfase do PTC recaiu sobre a integração de políticas públicas orientadas para a inclusão produtiva das populações pobres dos territórios rurais, a partir da participação social e universalização de programas sociais.

Os processos democráticos de planejamento dos territórios colaboraram para a emergência de novas lideranças populares e a implementação de inúmeros projetos participativos e inovadores de desenvolvimento territorial sustentável. Não por acaso, após o advento do impeachment da Presidente Dilma de 2016, teve-se o desmonte de ambos os programas (Pronat e PTC). Esse desmonte não significou a desmobilização e desestruturação dos territórios rurais constituídos com apoio do MDA. Atores territoriais e alguns governos estaduais continuaram empreendendo iniciativas de desenvolvimento territorial sustentável, mesmo sem o suporte de políticas públicas federais.

A adoção do planejamento e implementação de políticas públicas de forma territorializadas por governos estaduais têm um significado político maior. O caso mais **emblemático é o da Bahia**, cuja política territorial serve, atualmente, de referência para outros estados e para o processo de retomada da estratégia de desenvolvimento territorial do Governo Lula. Outra

Recebido
26/04/24
Moses S. A. N. R.
SFDT/MDA

Recebido
Secretaria
Executiva
SG/PR
26/4/24

demonstração de que o ideário do desenvolvimento territorial não foi desconstruído reside na constituição da **Rede Nacional de Colegiados Territoriais**. A Rede cumpriu um importante papel de resistência durante os dois últimos governos e tem sido uma força social proativa e colaborativa nas ações de retomada da política territorial.

Sabemos que a conjuntura política mudou profundamente em relação às dos governos anteriores dos Presidentes Lula e Dilma. Os desafios atuais para reduzir as desigualdades sociais e fortalecer a participação social no monitoramento e implementação de políticas públicas precisam ser, mais do que nunca, priorizados. Para tanto, não é possível ignorar os inúmeros casos de territórios rurais ativos e criativos presentes em todas as macrorregiões do País. Inventariar, rearticular, aprender com seus erros e acertos e auxiliá-los a ampliar sua base de ação representa o eixo orientador para uma nova fase da política de desenvolvimento territorial sustentável.

A recriação, em 2023, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e da Secretaria de governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental (MDA/SFDT) representa uma nova janela de oportunidades para qualificar e intensificar as políticas públicas voltadas para esse estilo de desenvolvimento. No entanto, a nova política de desenvolvimento territorial sustentável não pode se restringir à iniciativa de um Ministério e muito menos a um conjunto de ações interministeriais pontuais e desarticuladas.

A **construção de uma ação pública interministerial**, que tenha por base as aprendizagens acumuladas entre 2003 e 2016 e a sustentação política das redes de organizações territoriais identificadas como o projeto democrático do atual Governo Lula, não pode ser mais postergada e representa uma prioridade política já demandada em inúmeras oportunidades. Destacamos aqui os Seminários Estaduais sobre a retomada da política territorial, organizados entre o segundo semestre 2023 e o primeiro trimestre de 2024, os quais mobilizaram lideranças territoriais de todos os estados e da ampla maioria dos 243 territórios rurais.

A experiência do MDA na constituição de territórios rurais e de seus respectivos Colegiados Territoriais representa uma ação estratégica no sentido de assegurar maior participação social na concepção e implementação de políticas públicas. A capilaridade dessa política e o protagonismo dos atores territoriais ligados a movimentos sociais, sindicais, organizações não governamentais e atores públicos são centrais na construção de coalisões políticas a favor da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, participação política de mulheres e jovens rurais, assegurar a soberania alimentar e fortalecer laços e interações entre atores rurais e urbanos.

Nosso entendimento é que o enfoque territorial do desenvolvimento representa a principal estratégia para propiciar a participação social com educação popular, que assegure o monitoramento das políticas públicas do atual Governo, tanto em territórios interioranos quanto nos metropolitanos. O sucesso dessa ação depende de articulações de multiatores ligados a distintos órgãos

